

# RADAR TRABALHISTA

CPRT  
COMISSÃO DE  
POLÍTICA DE  
RELAÇÕES  
TRABALHISTAS

CBIC



Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 247 – 18/04 à 22/04/2022

## Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Ministério Público do Trabalho*
- *Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *eSocial*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

## Destaque da Semana

[NR 18 e 05 serão temas de discussão em live da Fundacentro](#)

Fundacentro - 19/04/2022

Em alusão ao Dia Mundial da Segurança e da Saúde no Trabalho, em memória às vítimas de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, a Fundacentro, a Subsecretaria de Inspeção do Trabalho – SIT e a Secretaria do Trabalho – ST, no dia 29 de abril, das 9h30 às 12h, promovem evento on-line pelo Canal da Fundacentro no YouTube. O tema “Aplicação prática do PGR/GRO na norma NR-18 será abordado pela supervisora de Segurança do Trabalho do Serviço Social da Indústria da Construção de Minas Gerais (Seconci-MG), Andreia Kaucher Darmstadter.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



## Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

### [Com baixa participação em assembleia, sindicato tem dissídio negado](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 22/04/2022

A Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC) do Tribunal Superior do Trabalho ratificou decisão que não reconheceu a legitimidade do Sindicato dos Empregados em Entidades Sindicais do Estado de São Paulo para a instauração de dissídio coletivo contra 200 entidades sindicais, na condição de empregadoras. Segundo o colegiado, não foi comprovada a participação em assembleia das pessoas interessadas, empregadas desses sindicatos, pois apenas sete compareceram.

### [Justiça do Trabalho deve decidir caso de gerente coagido a ser fiador da empresa](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 22/04/2022

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho declarou a competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar o pedido de indenização por danos morais e materiais de um gerente que foi coagido a assinar uma cédula de crédito bancário como fiador da empregadora. Ao acolher recurso do empregado, o colegiado reconheceu que o Banco Santander (Brasil) S.A., onde foi feita a fiança, também deve fazer parte da ação.

### [TST abre inscrições para “Seminário Internacional 80 Anos da Justiça do Trabalho”](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 19/04/2022

Concluindo as comemorações dos 80 anos da Justiça do Trabalho, o Tribunal Superior do Trabalho realiza, nos dias 12 e 13/5, o “Seminário Internacional 80 Anos da Justiça do Trabalho”. O evento, presencial, contará com juristas e especialistas em Direito que vão abordar e debater as conquistas e os avanços da Justiça do Trabalho no Brasil. [As inscrições estão abertas.](#)

## [Culpa exclusiva de instalador afasta indenização por acidente de trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 19/04/2022

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o exame do recurso de um instalador de rede da Bandaturbo Provedor de Internet Ltda., microempresa de Criciúma (SC), que pedia indenização por acidente de trabalho. De acordo com as instâncias anteriores, a quem cabe o exame das provas, o acidente que levou o instalador à aposentadoria por invalidez se deu por culpa exclusiva dele.

## [Dispensa de metalúrgico com doença renal crônica é considerada discriminatória](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 18/04/2022

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o recurso da Usina Goianésia S.A., de Goianésia (GO), contra decisão que considerou discriminatória a dispensa de um metalúrgico com doença renal crônica. Segundo o colegiado, foi suficientemente demonstrada a gravidade do estado de saúde do empregado no momento da dispensa, e a empresa não comprovou outro motivo para a medida.

## [Sócios de distribuidora conseguem reaver CNH e passaporte](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 18/04/2022

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho liberou a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e o passaporte de dois sócios da HJ Distribuidora de Alimentos Ltda., de Simões Filho (BA), que haviam sido suspensos por decisão do juízo de primeiro grau. A medida fora adotada depois de tentativas frustradas de execução das dívidas trabalhistas dos sócios, mas, para o colegiado, ela não contribuiria para a satisfação do crédito e teria caráter meramente punitivo.



## Notícias do Executivo

### [Medida Provisória deve reduzir espera dos segurados da Previdência por benefícios](#)

Ministério do Trabalho e Previdência - 20/04/2022

O presidente da República, Jair Bolsonaro, assinou Medida Provisória ([MP N° 1.113](#)), nesta quarta-feira (20), com ações para agilizar a análise e concessão dos benefícios pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A MP está em edição extra do Diário Oficial da União. Uma das medidas dispensa a emissão de parecer conclusivo da Perícia Médica Federal para requerimentos de auxílio por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença). A concessão poderá ser simplificada, incluindo a análise documental, feita com base em atestados e laudos médicos. Mais detalhes serão definidos em novos normativos em breve.

### [SIT lança Campanha pelo Trabalho Doméstico Decente no dia 27/04](#)

Ministério do Trabalho e Previdência - 20/04/2022

Na data em que se comemora o Dia Nacional da Empregada Doméstica (27/04), a Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), do Ministério do Trabalho e Previdência lança, a partir das 9 horas, a Campanha pelo Trabalho Doméstico Decente. A Campanha tem o objetivo de esclarecer aos trabalhadores, empregadores, agentes públicos e a sociedade em geral a legislação aplicável ao Trabalho Doméstico, inclusive no que tange a segurança e saúde, discriminação, assédio e violências no trabalho, bem como sensibilizar para a importância do cumprimento da legislação trabalhista e alertar sobre os malefícios do trabalho infantil, além de apresentar os elementos que configuram o trabalho escravo doméstico.

### [Devedores poderão renegociar dívidas com SFH com até 12 parcelas em atraso usando recursos do FGTS](#)

Ministério do Trabalho e Previdência - 20/04/2022

O Conselho Curador do FGTS aprovou, nesta terça-feira (19), a ampliação de 3 para 12 o total de parcelas em atraso que poderão ser renegociadas junto ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH) com uso dos recursos do FGTS do trabalhador. A mudança vale até 31 de dezembro de 2022 e tem como finalidade amenizar os impactos provocados pela pandemia da Covid 19 no orçamento doméstico da população. Cerca de 40 mil famílias devem ser beneficiadas, podendo utilizar recursos depositados no FGTS para colocar suas prestações em dia.

### [Comitê Gestor do Simples Nacional prorroga prazo de adesão ao Relp para 31 de maio](#)

Ministério da Economia - 20/04/2022

Em reunião ocorrida nesta quarta-feira (20/4), o Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) decidiu prorrogar o prazo de adesão ao Programa de Reescalonamento do Pagamento de Débitos no Âmbito do Simples Nacional (Relp) para o último dia útil do mês de maio de 2022 (31/5). O prazo para regularização das dívidas impeditivas da opção pelo Simples Nacional também foi adiado, mudando de abril para o último dia útil do mês de maio (31/5). Já a entrega da declaração anual do Microempreendedor Individual/MEI (DASN-Simei), antes prevista para o fim de maio, poderá ser realizada até o último dia útil do mês de junho (30/6).

## Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Série SmartLab de Trabalho Decente 2022: acidentes de trabalho e mortes acidentárias voltam a crescer em 2021](#)

Ministério Público do Trabalho - 20/04/2022

Nos últimos dez anos (2012-2021), 22.954 pessoas morreram em acidentes de trabalho no Brasil, de acordo com dados atualizados do Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, desenvolvido e mantido pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) em cooperação com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) no âmbito da Iniciativa SmartLab de Trabalho Decente.

[Cotas sociais não podem ser flexibilizadas em negociações coletivas, diz MPT](#)

Ministério Público do Trabalho - 20/04/2022

O Ministério Público do Trabalho (MPT) emitiu [orientação conjunta](#) no sentido de que as cotas sociais não podem ser objeto de negociação coletiva. A posição foi adotada conjuntamente por três coordenadorias nacionais do MPT – Coordenadoria Nacional de Promoção de Liberdade Sindical e do Diálogo Social (Conalis), Coordenadoria Nacional de Promoção de Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho (Coordigualdade) e Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (Coordinfância).

## Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[SINAIT e Conanda pedem a presidente do STF que cotas de PcDs e aprendizes não sejam afetadas por Tema 1.046](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 20/04/2022

Representantes do SINAIT e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), em audiência com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Luiz Fux, nesta terça-feira, 19 de abril, pediram o reconhecimento da inconstitucionalidade de cláusulas coletivas que prevejam a redução da obrigação do cumprimento das cotas mínimas reservadas às pessoas com deficiência (PcDs) e à aprendizagem profissional. Também entregaram ao ministro uma Nota Pública com recomendações – [veja aqui](#) o documento.



## Notícias do e-Social

[Adiado o início das fases de envio de folhas de pagamento e de eventos de SST para órgãos públicos e organizações internacionais](#)

eSocial - 20/04/2022

Os órgãos públicos e organizações internacionais compõem o Grupo 4 de obrigados ao eSocial e, segundo o calendário de obrigatoriedade, deveriam iniciar o envio de eventos periódicos (folhas de pagamento) a partir deste mês. Porém, foi publicada a [Portaria Conjunta MTP/RFB/ME nº 2, de 19 de abril de 2022](#), que adiou a data de início para 22 de agosto de 2022, referentes aos fatos ocorridos a partir de 1º de agosto de 2022.



## Outras Notícias

### [TNU julga benefício por incapacidade com estimativa de alta programada](#)

Consultor Jurídico - 24/04/2022

Durante sessão ordinária de julgamento, realizada por videoconferência, a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais decidiu dar provimento a um pedido de uniformização sobre o benefício por incapacidade temporária, nos termos do voto do relator, juiz federal Francisco Glauber Pessoa Alves, julgando-o como representativo da controvérsia e fixando a seguinte tese: “O direito à continuidade do benefício por incapacidade temporária com estimativa de DCB (alta programada) pressupõe, por parte do segurado, pedido de prorrogação (artigo 60, §9º, da Lei 8.213/1991), recurso administrativo ou pedido de reconsideração, quando previstos normativamente, sem o que não se configura interesse de agir em juízo (Tema 277)”.

### [STJ vai definir legalidade de prazo para pedido de seguro-desemprego](#)

Consultor Jurídico - 23/04/2022

A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça vai analisar, sob o rito dos recursos especiais repetitivos, a possibilidade de indeferimento do pedido de seguro-desemprego quando apresentado fora do prazo de 120 dias fixado na Resolução 467/2005 do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), diante da ausência de previsão de prazos na Lei 7.998/1990.

### [Empregador deve ressarcir agente comercial por avarias em moto roubada](#)

Consultor Jurídico - 23/04/2022

A 5ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o recurso de uma empresa que buscava se isentar do pagamento das avarias decorrentes do roubo da motocicleta de um agente comercial que a usava para o trabalho. A condenação, imposta nas instâncias

nas instâncias anteriores, levou em conta que os riscos decorrentes da utilização do veículo são exclusivamente do empregador.

### [Audiência coletiva debate subnotificação de acidentes e doenças do trabalho no Rio de Janeiro](#)

Revista Proteção - 22/04/2022

Na próxima terça-feira, 26 de abril, o Ministério Público do Trabalho no Rio de Janeiro (MPT-RJ) realizará uma audiência coletiva com as 60 empresas do Estado do Rio de Janeiro com maiores índices de subnotificação de acidentes e doenças do trabalho. O evento será realizado online, às 14h. A audiência faz parte das ações do Abril Verde e será conduzida pelas procuradoras do Trabalho e coordenadoras do Grupo de Atuação Especial Trabalhista (GAET) da Coordenação de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho (CODEMAT) do MPT-RJ: Cirlene Zimmermann, Juliane Mombelli e Júnia Bonfante Raymundo. A iniciativa também integra o Projeto Nacional do MPT “Promoção da Regularização das Notificações de Acidente do Trabalho”.

### [Veja o que muda nas regras trabalhistas com o fim do estado de emergência da Covid-19](#)

Revista Proteção - 20/04/2022

Com o anúncio do fim do estado de emergência de saúde pública, regras trabalhistas relacionadas, por exemplo, ao uso de máscaras, trabalho remoto para gestantes e ao afastamento de funcionários com sintomas suspeitos de Covid-19 podem deixar de valer. O estado de emergência de saúde pública entrou em vigor em fevereiro de 2020 e permitiu que os governos federal, estaduais e municipais tomassem uma série de medidas, como o uso obrigatório de máscaras e a autorização emergencial para vacinas.

### [Ministério do Trabalho e Previdência altera NRs 12, 15, 20, 22, 32 e 34](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 20/04/2022

Foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) do dia 19/04 a Portaria MTP nº 806/ 2022. A medida altera as normas regulamentadoras NR-12 – Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos), anexo 13-A (Benzeno) da NR-15 – Atividades e Operações Insalubres, NR-20 – Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis, NR-22 – Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração, NR-29 – Segurança e Saúde no Trabalho Portuário, NR-32 – Segurança e Saúde nos Trabalhos em Serviços de Saúde e NR-34 -Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção, Reparação e Desmonte Naval.

## [Construção civil assinou 21 convenções coletivas e aditivos em 2022. Confira!](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 19/04/2022

O [Radar Convenções Coletivas de abril](#), divulgado pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) nesta terça-feira (19/04), com informações das negociações referentes às datas bases entre janeiro e março de 2022, indica que foram assinadas seis novos instrumentos até o dia 15 de abril, totalizando 21 no ano. Os índices e dados apresentados no Radar Convenções são atualizados e consolidados mensalmente. Dos novos instrumentos coletivos firmados até o momento, 16 são convenções coletivas e cinco aditivos.

## [Campanha Abril Verde 2022: Juntos pela Segurança e Saúde no Trabalho!](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 19/04/2022

A Comissão de Política de Relações Trabalhistas da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CPRT/CBIC) realiza no próximo dia 26/04, às 10h (horário de Brasília), o Seminário Técnico de Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção. O objetivo é reforçar ainda mais, no mês em que se comemora o Dia Mundial da Saúde (07) e o Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho (28), a importância do combate a doenças, acidentes no trabalho e, principalmente, promover a importância da prevenção.



## Atos Normativos

[PORTARIA CARF/ME Nº 3.364, DE 14 DE ABRIL DE 2022](#) (DOU de 18/04/2022 Seção I Pág. 128) - Regulamenta a realização de reunião de julgamento não presencial, por videoconferência ou tecnologia similar, prevista no Regimento Interno do CARF;

[CIRCULAR Nº 989, DE 14 DE ABRIL DE 2022](#) (DOU de 18/04/2022 Seção I Pág. 150) - Divulga versão atualizada do Manual de Fomento do Agente Operador do FGTS;

[PORTARIA MTP Nº 805, DE 13 DE ABRIL DE 2022](#) (DOU de 19/04/2022 Seção I Pág. 185) - Altera a Portaria/MTP nº 849, de 29 de novembro de 2021, para incluir capítulo sobre a concessão de perfis de acesso ao módulo de administração do Sistema Simplificado de Escrituração Digital das Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais - eSocial no âmbito do Ministério do Trabalho e Previdência. (Processo nº 19964.115195/2020-83);

[PORTARIA MTP Nº 806, DE 13 DE ABRIL DE 2022](#) (DOU de 19/04/2022 Seção I Pág. 187) - Altera as Normas Regulamentadoras nº 12 (Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos), anexo 13-A (Benzeno) da NR 15 (Atividades e Operações Insalubres), nº 20 (Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis), nº 22 (Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração), nº 29 (Segurança e Saúde no Trabalho Portuário), nº 32 (Segurança e Saúde nos Trabalhos em Serviços de Saúde) e nº 34 (Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção, Reparação e Desmonte Naval). (Processo nº 19966.100063/2022-07);

[PORTARIA Nº 1.189, DE 14 DE ABRIL DE 2022](#) (DOU de 20/04/2022 Seção I Pág. 17) - Atualiza os valores de renda bruta familiar dos Grupos Urbanos 1 e 2 - GUrbanos 1 e 2, e dos Grupos Rurais 1 e 2 - GRurais 1 e 2, do Programa Casa Verde e Amarela;

[PORTARIA CONJUNTA MTP/RFB/ME Nº 2, DE 19 DE ABRIL DE 2022](#) (DOU 20/04/2022 Seção I Pág. 67) - Altera a Portaria Conjunta SEPRT/RFB/ME nº 71, de 29 de junho de 2021, para prorrogar o cronograma de implantação do Sistema Simplificado de Escrituração Digital das Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais - eSocial para o 4º grupo de

obrigados. (Processo nº 19964.104218/2022-96);

[RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 1.032, DE 19 DE ABRIL DE 2022](#) (DOU de 20/04/2022 Seção I Pág. 68) - Altera a Resolução nº 994, de 2021, com o objetivo de ajustar a forma de utilização do FGTS para pagamento de parte das prestações decorrentes de financiamentos contratados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação – SFH;

[RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 1.034, DE 19 DE ABRIL DE 2022](#) (DOU de 20/04/2022 Seção I Pág. 68) - Altera a Resolução nº 948, de 10 de dezembro de 2019, que aprova o Planejamento Estratégico do FGTS para o período de 2020 a 2030 e aprovar as metas para os indicadores estratégicos do FGTS estabelecidos, sob responsabilidade da MTP;

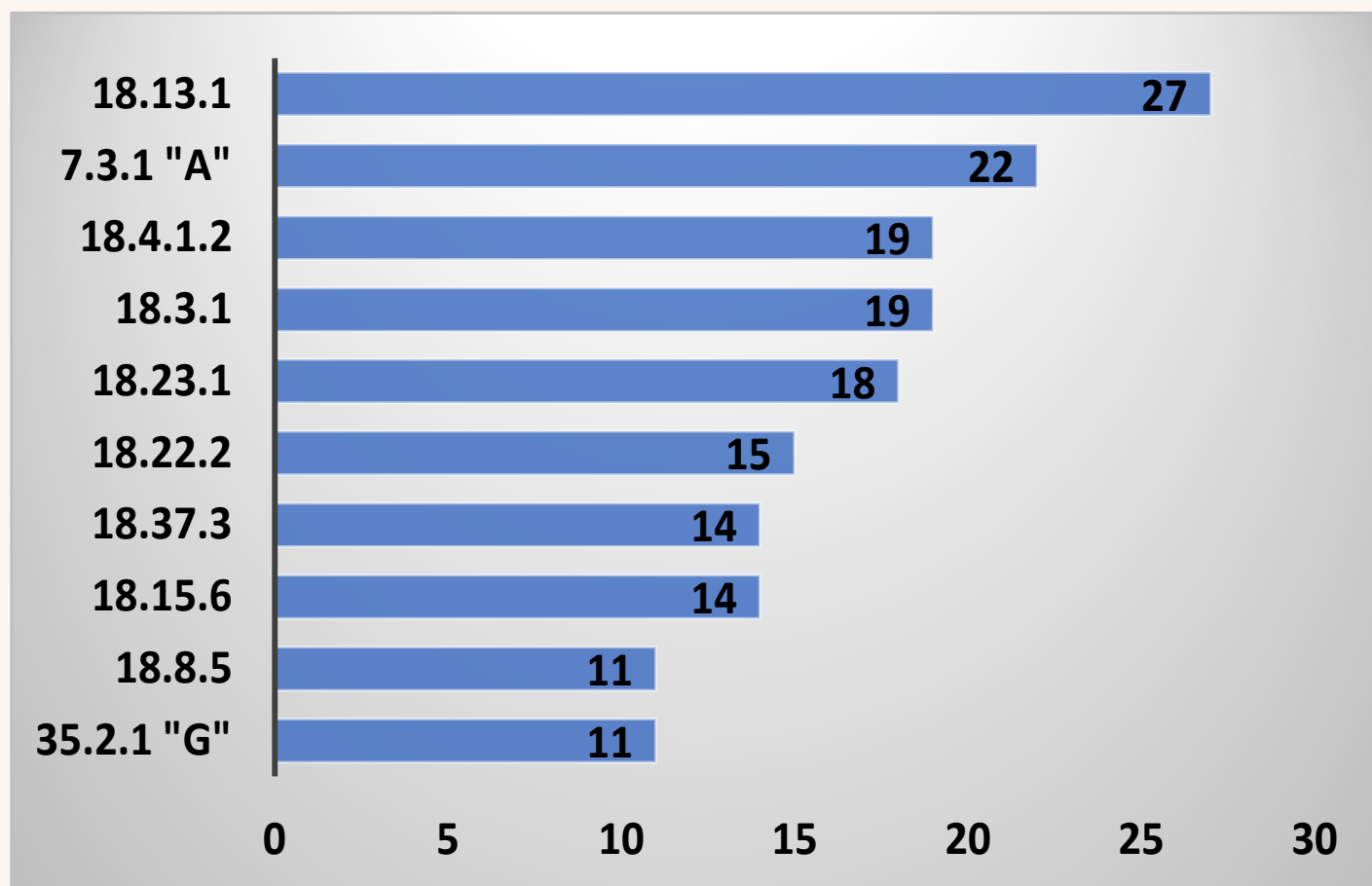
[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.113, DE 20 DE ABRIL DE 2022](#) (DOU de 20/04/2022 Seção I Extra Pág. 01) - Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019, para dispor sobre o fluxo de análise de benefícios previdenciários e assistenciais sob avaliação do Instituto Nacional do Seguro Social, da Perícia Médica Federal e do Conselho de Recursos da Previdência Social;

[PORTARIA GM/MS Nº 913, DE 22 DE ABRIL DE 2022](#) (DOU de 22/04/2022 Seção I Extra Pág. 01) - Declara o encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV) e revoga a Portaria GM/MS nº 188, de 3 de fevereiro de 2020;



## Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais capitulados como “Notificação” durante a fiscalização do Ministério do Trabalho e Previdência na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2022 (jan):



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/MTP

**Notificação:** É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram solicitados as empresas a comprovação de regularidade ou a identificação de irregularidade durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “autuações”, “regularizados na ação fiscal”, “Embargo” ou “Interdição” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

**18.13.1** É obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção e materiais.

**7.3.1** Compete ao empregador:

**a)** garantir a elaboração e efetiva implementação do PCMSO, bem como zelar pela sua eficácia;

**18.4.1.2** As áreas de vivência devem ser mantidas em perfeito estado de conservação, higiene e limpeza.

**18.3.1** São obrigatórios a elaboração e o cumprimento do PCMAT nos estabelecimentos com 20 (vinte) trabalhadores ou mais, contemplando os aspectos desta NR e outros dispositivos complementares de segurança.

**18.23.1** A empresa é obrigada a fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, EPI adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, consoante as disposições contidas na NR 6 - Equipamento de Proteção Individual - EPI.

**18.22.2** Devem ser protegidas todas as partes móveis dos motores, transmissões e partes perigosas das máquinas ao alcance dos trabalhadores.

**18.37.3** É obrigatório o fornecimento gratuito pelo empregador de vestimenta de trabalho e sua reposição, quando danificada.

**18.15.6** Os andaimes devem dispor de sistema guarda-corpo e rodapé, inclusive nas cabeceiras, em todo o perímetro, conforme subitem 18.13.5, com exceção do lado da face de trabalho.

**18.8.5.** É proibida a existência de pontas verticais de vergalhões de aço desprotegidas.

**35.2.1** Cabe ao empregador:

**g)** garantir que qualquer trabalho em altura só se inicie depois de adotadas as medidas de proteção definidas nesta Norma;

### **Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)**

*José Carlos Martins*

*Presidente*

### **Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)**

*Fernando Guedes Ferreira Filho*

*Presidente da CPRT*

*Gilmara Dezan*

*Gestora de Projetos e Assessora da CPRT*

### **Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas**

*Clovis Veloso de Queiroz Neto*

*Consultor CBIC e Responsável Técnico*

### **Projeto Gráfico**

*Paulo Henrique Freitas de Paula*